

**Tribunal de Justiça do Estado de Goiás****Gabinete do Desembargador Sérgio Mendonça de Araújo****7ª Câmara Cível****APELAÇÃO CÍVEL Nº 5782542-59.2023.8.09.0084****COMARCA DE ITAPIRAPUÃ****APELANTE: -----****APELADO: ----- -****RELATOR: DES. SÉRGIO MENDONÇA DE ARAÚJO**

gab.smaraujo@tjgo.jus.br

**EMENTA: DIREITO DO CONSUMIDOR. APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATAÇÃO ELETRÔNICA DE CARTÃO DE CRÉDITO. VALIDADE DA CONTRATAÇÃO COM AUTENTICAÇÃO POR BIOMETRIA FACIAL. FRAUDE NÃO COMPROVADA. RECURSO DESPROVIDO.**

**I. CASO EM EXAME**

1. Apelação cível contra sentença que julgou improcedentes os pedidos de declaração de inexistência de débito e de indenização por danos morais, formulados em ação ajuizada por alegada fraude na contratação de cartão de crédito. A parte recorrente afirma não ter realizado a contratação e sustenta que os documentos apresentados são insuficientes para demonstrar a regularidade do negócio.

**II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO**

2. Há duas questões em discussão:

- (i) a validade da contratação eletrônica de cartão de crédito com autenticação biométrica e demais protocolos digitais de segurança;
- (ii) a possibilidade de reconhecer fraude e condenar à reparação por danos morais diante da ausência de contrato físico ou gravação de áudio.

**III. RAZÕES DE DECIDIR**

3. A legislação brasileira admite a contratação eletrônica, conforme o art. 107 do CC/2002 e a Lei nº 14.063/2020, desde que respeitados os

requisitos de identificação e integridade.

4. No caso concreto, a instituição financeira adotou medidas compatíveis com assinatura eletrônica avançada, incluindo reconhecimento facial em tempo real, validação dos dados pessoais, registro de geolocalização e autenticação por *token* SMS.

5. O histórico de utilização do cartão por mais de quatro anos, com compras em diversos estabelecimentos e evolução dos valores das faturas, demonstra ciência e anuência da usuária, afastando a tese de fraude.

6. A simples negativa de contratação, desacompanhada de prova material como boletim de ocorrência ou comunicação formal ao banco, não configura fraude.

7. A inexistência de contrato físico ou gravação de voz não invalida o contrato eletrônico quando preenchidos os requisitos legais.

#### **IV. DISPOSITIVO E TESE**

8. Recurso conhecido e desprovido.

*Tese de julgamento:*

"1. A contratação eletrônica de cartão de crédito com autenticação biométrica, validação de dados pessoais, geolocalização e *token* SMS é válida, desde que cumpridos os requisitos legais de identificação e integridade.

2. A ausência de contrato físico ou gravação de áudio não invalida a contratação eletrônica regular nem caracteriza, por si só, fraude ou dano moral."

Dispositivos relevantes citados: CF/1988, art. 5º, X; CC/2002, art. 107; CDC, arts. 6º, VIII, e 14; CPC/2015, art. 85, § 11; Lei nº 14.063/2020.

Jurisprudência relevante citada: TJ-GO, Apelação Cível nº 570546594.2023.8.09.0044, Rel. Des. Fernando de Castro Mesquita, 9ª Câmara Cível, j. 17/05/2024.

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 5782542-59.2023.8.09.0084**

**COMARCA DE ITAPIRAPUÃ**

**APELANTE: -----**

**APELADO: -----**

**RELATOR: DES. SÉRGIO MENDONÇA DE ARAÚJO**

**gab.smaraujo@tjgo.jus.br**

## VOTO

Conforme relatado, trata-se de apelação cível, interposta por -----, contra a sentença proferida pelo juízo da Vara Cível da Comarca de **Itapirapuã**, nos autos na ação declaratória de nulidade de débito c/c indenização por danos morais, ajuizada em face do -----, ora apelado.

A apelação cinge-se à sentença que rejeitou os pedidos de declaração de inexistência de débito e de indenização por danos morais. A recorrente afirma jamais ter celebrado contrato de cartão de crédito com a instituição financeira. Sustenta que os documentos apresentados são insuficientes para comprovar a regularidade da contratação, pois se limitam a faturas e imagens sem assinatura física.

Além disso, argumenta que, diante do cenário de fraudes digitais, competiria à instituição financeira adotar medidas de segurança mais rigorosas. Assevera que a mera apresentação de *selfie* e fotografia de documento pessoal não garante a autenticidade da contratação. Por outro lado, a instituição apelada, em contrarrazões, defende a validade do contrato firmado por meio eletrônico, alegando ter seguido protocolos de segurança reconhecidos, como biometria facial, validação de dados pessoais, geolocalização e assinatura eletrônica.

Importa destacar que a relação jurídica analisada configura vínculo de consumo, atraindo a aplicação do Código de Defesa do Consumidor. Nesse contexto, justifica-se a inversão do ônus da prova, atribuindo à instituição financeira a incumbência de demonstrar a regularidade do contrato.

Convém esclarecer que a contratação eletrônica possui respaldo no ordenamento jurídico. O artigo 107 do Código Civil dispensa forma especial, salvo exceção legal expressa. Além disso, a Lei nº 14.063/2020 reconhece a assinatura eletrônica como válida, desde que atendidos os requisitos de identificação e integridade.

No caso concreto, os elementos trazidos aos autos indicam que o procedimento seguiu protocolo compatível com assinatura eletrônica avançada. Houve reconhecimento facial da contratante, com captura de imagem em tempo real e correspondência com a foto do documento oficial. Ademais, os documentos pessoais apresentados coincidem com os dados constantes da inicial.

Outro aspecto relevante diz respeito ao registro de geolocalização, que vincula o ato de

contratação à região de residência da apelante. Também se destaca a autenticação por *token* SMS, realizada com confirmação do código enviado para o número cadastrado, o que reforça a segurança do procedimento.

Além disso, as faturas anexadas ao processo comprovam a utilização do cartão por 8 (oito) meses consecutivos, com incremento gradual dos valores. Em março de 2019, a fatura registrou R\$ 69,90 (sessenta e nove reais e noventa centavos). Nos meses seguintes, os valores evoluíram para R\$ 89,90 (oitenta e nove reais e noventa centavos) em abril, R\$ 159,08 (cento e cinquenta e nove reais e oito centavos) em maio e R\$ 224,23 (duzentos e vinte e quatro reais e vinte e três centavos) em junho.

Observa-se que o padrão de consumo abrangeu estabelecimentos diversos, tais como supermercados, postos de combustíveis, farmácias, lojas virtuais e serviços locais. Esse comportamento demonstra conhecimento do território e hábitos típicos de consumidor regular, afastando o *modus operandi* de fraudadores.

Vale mencionar que o uso do cartão se manteve até 2023, com faturas de julho e agosto registrando valores de R\$ 1.071,93 (mil e setenta e um reais e noventa e três centavos) e R\$ 1.220,11 (mil duzentos e vinte reais e onze centavos), respectivamente. A permanência das transações por mais de 4 (quatro) anos, sem qualquer impugnação, confirma o conhecimento e o controle da usuária sobre a conta.

Nesse sentido:

*“EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PROVA PERICIAL INDEFERIDA. CERCEAMENTO DE DEFESA . INOCORRÊNCIA. CARTÃO DE CRÉDITO CONSIGNADO. CONTRATAÇÃO*

*ELETRÔNICA AUTENTICADA POR BIOMETRIA FACIAL. FRAUDE E ILICITUDE NÃO COMPROVADAS. ÔNUS DA PROVA. VALIDADE DOS DESCONTOS BANCÁRIOS EFETUADOS. LITIGÂNCIA DE MÁFÉ CONFIGURADA. VALOR ADEQUADO . SENTENÇA MANTIDA. HONORÁRIOS RECURSAIS. 1. Convencendo-se o juiz da desnecessidade da produção de prova pericial, em vista da suficiência dos demais elementos coligidos aos autos e da modalidade de contratação, descabida se apresenta a tese de cerceamento de defesa . 2. Evidenciada a regularidade da contratação de cartão de crédito consignado, realizada via eletrônica, mediante autenticação por biometria facial (selfie), não merece acolhimento os pedidos de declaração de inexistência do negócio*

*jurídico, de repetição dobrada dos valores descontados, tampouco de indenização por danos morais. 3.*

**Considerando que a requerente tinha plena ciência da contratação realizada, pois, solicitou o desbloqueio do cartão de crédito perante o banco e realizou inúmeras compras diretas com o plástico,** ressai evidente a tentativa de alteração da verdade dos fatos em seu próprio benefício (art. 80, II, CPC/15), notadamente, pela alegação preambular de desconhecimento do ajuste, a impor a manutenção da multa por litigância de má-fé, cujo patamar (1% sobre o valor atualizado da causa) se encontra em consonância com a condição financeira da apelante e a natureza punitiva da penalidade. 4. Desprovido o apelo, insta majorar a verba honorária sucumbencial arbitrada na origem, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, ressalvada a suspensão de sua exigibilidade, uma vez que a parte vencida litiga sob o pálio da gratuidade (art. 98, § 3º, CPC/15). APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA E DESPROVIDA. (TJ-GO 5705465-94.2023.8.09.0044, Relator.: DESEMBARGADOR FERNANDO DE CASTRO MESQUITA - (DESEMBARGADOR), 9ª Câmara Cível, Data de Publicação: 17/05/2024) ”

A alegação genérica de desconhecimento do contrato não se sustenta. Para configurar fraude, exige-se a apresentação de elementos concretos, como registro de ocorrência policial ou comunicação formal à instituição financeira, medidas que não foram adotadas pela recorrente.

De igual modo, o argumento de que seria necessária a celebração de contrato físico ou gravação de áudio não encontra respaldo legal. As práticas adotadas pela instituição financeira estão alinhadas às normas vigentes e às melhores práticas do mercado digital.

Em conclusão, o conjunto probatório evidencia a regularidade da contratação do cartão de crédito, realizada com pleno conhecimento da usuária e utilizada de forma contínua e prolongada. As provas colacionadas atendem ao ônus probatório imposto pela inversão consumerista, não havendo elementos que justifiquem a reforma da sentença.

Assim, **conheço** do recurso e **lhe nego provimento**, para manter inalterada a sentença.

Desprovido o recurso, majoram-se os honorários advocatícios arbitrados na sentença para 15% (dezessete por cento), nos termos do artigo 85 do Código de Processo Civil, suspensa a exigibilidade em razão da concessão dos benefícios da justiça gratuita.

É o voto.

Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos ao juízo de origem, com as baixas necessárias, retirando o feito do acervo desta relatoria.

Goiânia, datado e assinado digitalmente.

Desembargador **Sérgio Mendonça de Araújo**

Relator

### ACÓRDÃO

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 5782542-59.2023.8.09.0084 da**  
**COMARCA DE ITAPIRAPUÃ** em que figura como **APELANTE: ----- e, como**  
**APELADO: -----** -.

**ACORDAM** os integrantes da Primeira Turma Julgadora da 7ª Câmara Cível, por unanimidade de votos, **em conhecer do recurso lhe negar provimento**, nos termos do voto do relator.

A sessão foi presidida pela Desembargadora Ana Cristina Ribeiro Peternella França.

Presente a Procuradoria-Geral de Justiça nos termos da lei e registro no extrato da ata.

Goiânia, datado e assinado digitalmente.

Desembargador **Sérgio Mendonça de Araújo**

Relator